

# ATA DA 8º REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL JACEGUAVA

## Dia 16 de julho de 2025, quarta-feira, das 10h00 às 12h00

Parque Natural Municipal Jaceguava – Av. Jaceguava, número 1000 - Parque do Terceiro Lago, São Paulo – SP

## Conselheiro(a)s Presentes PNMJ:

Sociedade Civil		
Nome do frequentador(A)	Titular/ Suplente	
Josanias Castanha Braga	Titular	
João Carlos Batista	Titular	
Holger Georg Rothemund	Suplente	
Poder Público		
Secretaria do Verde e Meio Ambiente –		
CGPABI – DGUC: Amanda Roschel	Titular	
Fernandes		
Subprefeitura de Parelheiros: Lucas de	Titular	
Souza Ribeiro		
SVMA – Trabalhadores do PNM	Titular	
Jaceguava: Emanuel Muniz Rodrigues		
SVMA – Trabalhadores do PNM	Suplente	
Jaceguava: Ricardo Santos da Cruz		
SMSU – Secretaria Municipal de	Titular	
Segurança Urbana: Valdemir Moreira		
*Neste dia representado por Josimar		
Candido Ferreira e Inspetor Branco		



Demais ouvintes	
Paulo Ruel	Morador da região / Guia de turismo
Pedro Vieira	Morador da região / Vizinho
Edivan V. Silva	Vigilância PNM Jaceguava
Ricardo Lancellotti	Morador da região / Vizinho
Káthia Aurea da Silva Moraes	Estagiária SVMA/DGUC
Larissa Scavassa Dariolli	Estagiária SVMA/DGUC

#### **CREDENCIAMENTO DOS PARTICIPANTES**

A lista de presença e registro fotográfico encontram-se anexados a este documento, no Anexo I, conforme orientado pela Portaria Municipal nº 049/SVMA.G-AJ/2020.

#### 1.PAUTAS DO DIA

- I. Aprovação da ATA da 7ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Parque Natural Municipal Jaceguava (PNMJ);
  - II. Retorno da reunião de Atropelamento de Fauna com a CET
  - III. Pavimentação da estrada do PNM Jaceguava
  - IV. Encerramento e informes gerais



Amanda Roschel Fernandes, Gestora do Parque Natural Municipal Jaceguava (CGPABI/DGUC/SVMA), iniciou a reunião dando boas-vindas aos conselheiros (as), convidados (as) e ouvintes presentes, agradece a participação de todos e reforça a importância da continuidade dos trabalhos do Conselho Gestor.

 Aprovação da ATA da 7ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Parque Natural Municipal Jaceguava (PNMJ);

Amanda Roschel perguntou aos conselheiros presentes se leram a ATA referente à última Reunião Ordinária e todos responderam positivamente, aprovando-a sem objeções.

II. Retorno da reunião de Atropelamento de Fauna com a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET)

Amanda ressaltou ao conselho a importância de ações para o monitoramento da fauna na região, sugerindo a instalação de câmeras para registro dos animais silvestres. No último mês, foi realizada uma reunião com a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) para tratar da redução de atropelamentos de fauna no entorno do Parque, por meio da instalação de lombadas e sinalizações.

Lucas informou que o Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES), em conjunto com o gestor dos Parques Naturais, Wellington Fávaro, elaborou um ofício destinado à Secretaria e à própria CET, solicitando providências nesse sentido. O objetivo é implementar medidas que alertem os motoristas e contribuam para a diminuição desses incidentes em trechos mais



sensíveis da região. Foi questionado quais animais aparecem nas redondezas. Amanda esclareceu que, no inverno, as aparições são menores, mas na primavera e verão observam-se saruês, serpentes, bugios e cachorros-do-mato. Pedro reforça que, com o aumento das ruas pavimentadas, cresce a necessidade de vigilância do tráfego de veículos no entorno.

Amanda comenta com Lucas sobre a ponte na entrada do Jaceguava (após o Caulim). Lucas informa que já vistoriou o local e que há um processo para sua reforma, pois a ponte necessita de reparos. Foi discutida a passagem de fauna no parque. Amanda diz que a Divisão de Fauna Silvestre (DFS) já realizou estudos, mas, por conta da equipe reduzida, a prioridade é variável.

Comentou também sobre passagens aéreas para fauna, ressaltando a necessidade de estudos para definir locais viáveis, evitando construções onde a passagem não ocorre. Como exemplo, relatou um caso ocorrido no PNM Varginha, onde foi identificada uma área de desmatamento próxima ao parque. De acordo com o gestor, bugios têm atravessado a represa a nado, sendo encontrados dois indivíduos mortos por afogamento.

Lucas, que também é coordenador do CADES, informou que o Parque do Ribeirão Caulim está em fase de implementação com a criação de Grupos de Trabalho (GT) envolvendo o Estado e o Município. Este projeto está em andamento há mais de 20 anos e recentemente teve a lei de implementação aprovada. Os GTs abordam temas como centro de educação ambiental, wetlands, além de medidas para desapropriar invasões na região.

Paralelamente, diversos órgãos — SVMA, SEHAB, Subprefeitura de Parelheiros e Sabesp — realizaram uma reunião para tratar das ligações



de água e esgoto em Parelheiros, alinhadas ao objetivo da Sabesp de universalizar o saneamento básico até 2029. Embora algumas áreas do Jaceguava tenham sido consideradas para implementação dessas ligações, foi informado que, na prática, isso não será possível.

Lucas acrescentou que o saneamento básico na região será aprimorado. Amanda explicou que as unidades atualmente utilizam poços e fossas, e que estão buscando recursos para torná-las mais sustentáveis. Enquanto a Sabesp ainda não oferece tratamento de água e esgoto na região, buscam alternativas que minimizem os impactos ambientais, embora alguns métodos atuais, ainda sejam inadequados. Até que haja acesso aos serviços da Sabesp, a limpeza das fossas é realizada por caminhões especializados. Estão avaliando novos métodos e sua viabilidade financeira. Amanda ainda destacou que o projeto da sede do Jaceguava — decorrente de compensação do Rodoanel — foi realizado por uma antiga construtora que implantou uma fossa negra, evidenciando a falta de planejamento adequado para uma área destinada à preservação ambiental.

Após o diálogo, Lucas convidou os presentes para participarem das Oficinas dos Planos de Ação das Subprefeituras, promovidas pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), no dia sete de agosto. O convite é direcionado especialmente aos membros do conselho participativo e do CADES, como oportunidade para opinar e discutir questões de interesse dos munícipes da região. As oficinas abrangem assuntos relativos a qualquer área de Parelheiros, incluindo o PNM Jaceguava. Branco, inspetor da GCM, comentou que a aprovação de obras varia conforme a localização e que é necessário o aval de órgãos ambientais. O processo envolve a comunicação entre



secretarias, geralmente por meio do sistema SEI, e depende do tipo de área em questão.

Amanda comentou sobre a proposta de criação da APA Embura-Jaceguava, que está em andamento. Explicou que a área discutida para a unidade abrange praticamente toda a zona de amortecimento do território do Jaceguava, e que o Parque está incluído nesse perímetro, o que representa algo positivo para sua conservação. A expectativa é de que a aprovação da lei ocorra até o final do ano.

Quanto ao monitoramento, Branco reforçou a importância da comunicação constante em relação às ocorrências. Amanda destacou que o parque conta com vigilância 24 horas e que há uma rede ativa de comunicação entre os líderes locais, principalmente em relação às trilhas. Mencionou também a boa articulação com moradores da região, como o Solo Sagrado. Ressaltou que, no próximo ano, será iniciado um novo processo de eleição para o conselho gestor do parque, e que há um grande interesse da comunidade em participar.

Para ela, essa aproximação é importante para lidar com temas como o desmatamento e a ocupação irregular. Finalizou destacando a importância do apoio da Subprefeitura e da GCM no monitoramento da área. Pedro agradeceu a presença da SVMA e o acompanhamento dado à região.

#### III. Pavimentação da estrada do PNM Jaceguava

Amanda questionou se a Subprefeitura havia dialogado com os moradores sobre a obra de pavimentação. Mencionou que os vigilantes do Parque apuraram que a pavimentação não seguirá até o final da estrada, sendo prevista apenas para o trecho inicial, com extensão entre



700 metros e 1 quilômetro, utilizando piso intertravado. Diante disso, Pedro expressou preocupação com o possível aumento do fluxo na região, considerando os riscos associados ao tráfego mais intenso e rápido, especialmente em uma área onde circulam idosos, animais e moradores locais.

Amanda ponderou que, devido aos projetos realizados pela SVMA em parceria com outras secretarias — como o Vai de Roteiro, Vamos Trilhar, Recreio nas Férias e o Rolê Agroecológico —, já era esperado que houvesse alguma intervenção para melhorar o acesso. Relatou, por exemplo, que um grupo do projeto Vamos Trilhar chegou a ficar com o ônibus atolado durante uma visita, em razão das más condições da estrada após a chuva. Pedro concordou, destacando que, ao tornar o local acessível ao público, é necessário oferecer infraestrutura adequada, desde que se busque uma solução com menor impacto possível à região.

Na sequência, Amanda solicitou que Lucas, representante da Subprefeitura de Parelheiros, esclarecesse algumas questões relacionadas à pavimentação da Estrada do Jaceguava. Lucas explicou que a intervenção é resultado de uma demanda apresentada pela sociedade civil no Conselho Participativo Municipal (CPM), e confirmou que a pavimentação será de piso intertravado, num trecho inicial de aproximadamente 700 metros. Informou ainda que não há previsão definida para a duração da obra.

Questionado por Amanda sobre a possibilidade de ampliação da pavimentação para o restante da estrada, Lucas respondeu que, por ora, não há planos nesse sentido. Ressaltou que, apesar de ser uma demanda da sociedade, a obra em andamento não é diretamente executada pela prefeitura.



Assim, o atendimento pode se dar tanto por meio das propostas apresentadas via CPM quanto pela própria prefeitura, que, até o momento, não possui previsão de realizar novas etapas.

Em resposta a uma pergunta sobre o planejamento de obras, Lucas afirmou que a pavimentação da Estrada do Jaceguava está, sim, entre os planos da Subprefeitura, sobretudo pela relevância do parque na região. No entanto, não estava entre as prioridades até ser contemplada com recursos reservados pelo CPM. Explicou que o orçamento é elaborado sempre para o ano seguinte, sendo essa intervenção parte do planejamento de 2024. Neste ano, novas propostas estão sendo discutidas para compor o orçamento de 2026.

Os conselheiros presentes destacaram a importância da pavimentação intertravada, o que foi confirmado por Lucas e acolhido positivamente pelos participantes. Esse tipo de pavimentação contribui para o escoamento e a infiltração da água no solo, favorecendo a drenagem e a sustentabilidade na gestão das águas pluviais.

Por fim, Lucas reforçou que a obra atende a uma demanda da comunidade e que a proposta contempla os 700 metros iniciais. Esclareceu que houve um erro na divulgação inicial, que mencionava a pavimentação até a entrada do PNM Jaceguava, mas confirmou que, até o momento, não há previsão de expansão além do trecho previsto.

Em outro momento, Paulo questionou Lucas sobre a obrigatoriedade legal do uso de blocos intertravados na área, ou se essa escolha seria aleatória. Lucas respondeu que se trata de uma questão delicada, pois não há uma legislação específica que determine essa exigência, o que leva a diferentes interpretações. Explicou que o asfalto não é proibido, mas a decisão depende da forma como cada local direciona suas intervenções.



Amanda comentou que, desde 2022, há um processo em andamento para alterar o itinerário do ônibus que atende a região da messiânica, com o objetivo de ampliar a visibilidade e o acesso ao parque. No entanto, essa alteração ainda não foi realizada por diversos motivos: ausência de pavimentação, risco de incentivo à ocupação e a necessidade de articulação com a Secretaria de Transportes, que, ao fazer mudanças, ajusta também horários e rotas, o que demanda coordenação entre diferentes setores.

Branco reforçou algumas preocupações, como o aumento da circulação de ônibus de linha, que compromete a tranquilidade dos moradores da região, além do risco da implantação de asfalto. Destacou ainda que essas mudanças podem fomentar o turismo e a ocupação irregular, elevando o fluxo de veículos em uma estrada estreita e contribuindo para problemas como fossas irregulares, cujos resíduos acabam sendo direcionados para dentro do parque.

Paulo também sugeriu a instalação de uma ciclovia como alternativa, mas Lucas explicou que, devido à falta de espaço, essa proposta poderia representar riscos à segurança. Amanda acrescentou que, no contexto do turismo e da visitação, é perceptível o perfil do público que frequenta os parques naturais, geralmente mais consciente das restrições e cuidados necessários, em contraste com o comportamento observado em parques urbanos. Questionou se, após a inauguração da trilha interparques, houve registro de assaltos, roubos ou outros incidentes, sendo a resposta negativa por parte dos presentes.

Lucas destacou o turismo como um vetor de transformação para a região, contribuindo para a mudança da imagem antes associada predominantemente à violência. Apontou que, apesar de ser um processo lento e gradativo, iniciativas como o Polo de Ecoturismo têm um



papel relevante nessa ressignificação do território. Ressaltou que, mesmo diante de desafios, é fundamental dar continuidade a essas ações, mencionando experiências pessoais desde que se mudou para a cidade. Citou como exemplo o programa "Vai de Roteiro" e outras iniciativas do Polo, que contribuem para alterar a percepção de segurança e fomentar a geração de renda.

Por fim, abordou a importância do sentimento de pertencimento, ressaltando a necessidade de envolver as novas gerações na valorização e permanência no território. Apontou que, em alguns casos, os filhos dos moradores não desejam continuar nas propriedades, o que pode abrir espaço para usos que não dialogam com os interesses das famílias tradicionais. Como exemplo, mencionou a Fazenda Nutrify, cuja proposta inicial previa a implantação de uma escola de agroecologia, mas que acabou sendo direcionada para outro fim. Destacou que políticas públicas voltadas ao território são fundamentais para assegurar a continuidade dessas perspectivas locais.

### IV. Informes gerais

Amanda comentou sobre a ocorrência de casos de Gripe Aviária (Influenza Aviária) na região, destacando que tanto a cidade quanto o Estado já apresentavam alguns registros confirmados. Relatou que o Instituto Missionário Servos de Jesus Salvador (Salvistas), situado nas proximidades do PNM Itaim, a procurou após observar a morte de aves, como galinhas e perus. Diante da situação, Amanda comunicou sua diretora, que prontamente acionou a equipe da defesa agropecuária estadual, responsável pela vigilância sanitária dessas criações. Após a análise, confirmou-se que as aves estavam, de fato, contaminadas pela



gripe aviária. Devido ao risco de disseminação, os demais animais do local, como patos e gansos, precisaram ser sacrificados, pois o ambiente já se encontrava comprometido.

Considerando a proximidade com o PNM Itaim, foi realizada uma vistoria no local para verificar a presença do vírus, mas nenhum foco foi identificado. Também foi feita uma inspeção no Jaceguava, sem constatação de anormalidades. A recomendação repassada foi que moradores que possuam galinhas, patos ou outras aves — especialmente migratórias — fiquem atentos a comportamentos atípicos, como isolamento do grupo ou sinais clínicos gerais, devendo acionar imediatamente os órgãos competentes, por meio das equipes do parque.

Na sequência, Pedro sugeriu a possibilidade de se estabelecer algum tipo de monitoramento permanente nessas áreas. Amanda esclareceu que esse tipo de investigação só ocorre mediante a notificação de casos suspeitos, sendo a prioridade voltada a áreas mais urbanizadas, como o Parque Ibirapuera, onde já houve registro da doença. Informou que a principal preocupação das autoridades é evitar que surtos atinjam criações voltadas à exportação e que criações domésticas, especialmente aquelas com aves migratórias, possam representar um elo de contaminação.

Amanda também enfatizou a importância do papel dos vigilantes no monitoramento da situação, destacando a necessidade de troca constante de informações e comunicação imediata de qualquer indício suspeito. Reforçou medidas de segurança, como evitar o contato direto com os animais e manter atenção com animais domésticos, reduzindo os riscos de disseminação.



Além disso, explicou que propriedades que tenham registrado casos positivos devem respeitar um prazo de interdição; caso haja a presença de novos animais nesse intervalo, os responsáveis podem ser autuados ou multados, uma vez que o ambiente ainda é considerado contaminado.

Outro tema abordado durante a reunião foi o andamento dos planos de manejo, questionado por Holger. Amanda explicou que cada divisão da SVMA é responsável por elaborar uma parte específica do documento — como, por exemplo, o setor de Fauna — e que, atualmente, essas informações estão sendo reunidas e padronizadas. Cada seção contempla planos de ação próprios, como o estabelecimento de parcerias voltadas ao turismo, sinalização das trilhas, escolha de um símbolo para o parque, participação dos conselheiros, prospecção de novos contatos para futuras colaborações e ampliação da visibilidade do parque.

Pedro perguntou sobre a possibilidade de realizar atividades culturais, como teatro e música. Amanda esclareceu que, por se tratar de uma Unidade de Conservação, esse tipo de atividade não é permitido dentro do Parque. Ainda assim, mencionou que há parcerias voltadas à educação ambiental e ações culturais no território, como o projeto Vai de Roteiro com o Polo de Ecoturismo, além da Casa da Girafa, Mondury e Planta Feliz. No PNM Itaim, destacou a atuação da Associação Pequeno Príncipe e do Centro Paulus, que desenvolve atividades culturais com crianças e mantém um museu de arte popular, respectivamente.

Pedro comentou que seu interesse era especificamente para a região do Jaceguava, citando sua experiência com teatro e a vontade de realizar um espetáculo no CEU Parelheiros. Amanda observou que



essas ações dependem da Subprefeitura, no qual Lucas respondeu positivamente à essa informação. Em seguida, Pedro mencionou a carência de serviços públicos na região, como UPA e UBS. De acordo com Lucas, já havia uma demanda nesse sentido, mas a secretaria alegou que o número de moradores ainda seria insuficiente. Disse, por fim, que buscará esclarecimentos sobre o tema.

#### V. Encaminhamentos

Foram definidos os seguintes encaminhamentos:

- Levar, na próxima reunião, um mapa ampliado da região para facilitar a identificação de áreas e propriedades, visando aprimorar a articulação de ocorrências e ações;
- Apresentar os planos de ação para discussão com o Conselho Gestor.



# Anexo 1 - Registro fotográfico



